

**FONTES DOCUMENTAIS DO 2º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DE ARAGUAÍNA-TO:
ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE SUAS POSSIBILIDADES DE PESQUISA.**

Mariseti Cristina Soares Lunckesⁱ

O presente trabalho é fruto das reflexões sobre a pesquisa que foi desenvolvida no 2º Batalhão de Polícia Militar de Araguaína, no período de 2001 a 2004, através do projeto de pesquisa “Fontes Documentais do 2º Batalhão de Polícia Militar de Araguaína-TO (1935-1966)”, onde foi realizado o fichamento dos Boletins Internos e Gerais, existentes no acervo da biblioteca da referida unidade militarⁱⁱ. Os Boletins são documentos informativos que registram rotinas diárias, normas disciplinares do policial militar desde o ingresso na corporação, além dos serviços prestados à população nas vilas e cidades.

O recorte temporal da pesquisa inicia-se em 1935, data do início do acervo com a fundação da 4ª Cia Isolada de Pedro Afonso, no norte do Estado de Goiás, e finda em 1966, data dos primeiros Boletins Internos do 3º Batalhão Tocantins, Quartel do 3º BPM de Araguaína. Ressalta-se que este batalhão foi instalado nesta cidade no ano de 1965, mas somente a partir de 1966 há registro dos Boletins junto ao acervo pesquisado.ⁱⁱⁱ

Mediante o contato mais intenso com essa documentação, tomou-se conhecimento, tanto da sua riqueza de informações quanto das dificuldades para execução da pesquisa; constituindo-se como o principal problema a dificuldade de leitura dos documentos, causada por suas más condições de conservação, assim como pela complexidade dos termos técnicos e leis citadas na referida documentação, pois se trata de apontamentos das atividades diárias no interior do quartel, implicando na necessidade de uma leitura muito lenta para que se possa perceber a existência de dados que legitimem o levantamento de temáticas históricas, tanto sobre a Polícia Militar, quanto do antigo norte goiano, atual estado do Tocantins, como também de temáticas relativas à realidade sócio-cultural, política e econômica dessa região.

A análise das temáticas apontadas e selecionadas nesta pesquisa foi possibilitada pela leitura das obras de Duby^{iv}, Bloch^v e Burke^{vi}, que trabalham com as questões teóricas e metodológicas sobre a seleção e tratamento das fontes históricas, como também obras que abordam as teorias e metodologias da nova história, como Guazelli^{vii} e outros, Cardoso^{viii} e Vainfas, Le Goff^{ix}. As obras que se dedicam à história do antigo norte goiano, hoje Tocantins e do Brasil, como Aquino^x, Botelho (org.)^{xi} e uma bibliografia referente à história da Polícia Militar que possibilitou a contextualização histórica das fontes encontradas nos Boletins Internos como Souza^{xii}, Monet^{xiii}, Bayley^{xiv}, Bretas^{xv} e Rolim^{xvi}, além de uma bibliografia referente à problemática arquivística^{xvii}. Salienta-se que desde a década de 1980, vêm aumentando consideravelmente os trabalhos de pesquisa que abordam temáticas relacionadas com a repressão policial, violência e criminalidade dos grandes centros urbanos^{xviii}. No entanto, as pesquisas históricas voltadas para a organização e importância dos batalhões de Polícia Militar nas cidades do interior do Brasil e de como os mesmos foram construídos internamente como aparato de controle social a partir dos anos 30, até os anos 60, ainda são pouco expressivas^{xix}. Com o levantamento das temáticas históricas desse acervo, as pesquisas devem ser dinamizadas.

Quanto à metodologia, selecionaram-se as temáticas a partir do critério da repetição, considerando mais significativas as informações que diariamente eram evidenciadas nos boletins e também as que se repetiam com certa regularidade, pois as mesmas revelam as contradições ocorridas no interior das corporações, pois não se buscou elencar apenas fatos isolados, mas as relações existentes naquelas instituições, registradas em seus documentos. Assim foram organizados três modelos de fichas:

- Ficha de Admissão de Soldados, que contém dados de identificação do documento, número dos boletins, nome, estado civil, cor, idade, observações gerais;
- Ficha de Punições Disciplinares, que contém dados de identificação do documento, número dos boletins, nome, posto, punição, motivo alegado e outras informações;
- Ficha de Exclusão de Soldados, que contém dados de identificação do documento, número dos boletins, mês e ano, nome, posto, motivo alegado e outras informações.

Também foram transcritas outras informações contidas nos boletins, como fragmentos de atas, telegramas e ordens de serviço que não foram elencadas nas fichas, além das transferências militares, das prescrições médicas e tipos de enfermidades apresentadas pelos soldados.

As temáticas fichadas oferecem e sugerem uma série de informações e questões valiosas para a compreensão da vida cotidiana dos policiais militares, homens com o dever de aplicar leis em nível do poder local no contexto da conjuntura histórica brasileira do período estudado. Temáticas e questões como o trabalho e a vida cotidiana do policial dentro da corporação, a questão familiar, o local de origem, a etnia, a organização policial, a qualidade teórica e técnica do grupo, o aparato coercitivo dentro e fora da corporação, as questões hierárquicas de poder, entre outras, possibilitam o entendimento do porquê do aparato de força repressiva da Polícia Militar que sempre atuou como força mantenedora da ordem no país. Observa-se que os policiais militares, homens aplicadores da lei, são envolvidos na problemática do controle social dos diferentes segmentos sociais, principalmente dos despossuídos. Além disso, as pesquisas realizadas com a referida documentação revelam como os policiais militares são enquadrados dentro da corporação, para posteriormente executar seus serviços na comunidade^{xx}. Nos relatórios dos boletins referentes à admissão dos policiais militares encontra-se numerosa indicação de lavradores pobres e analfabetos, vindos do interior do Nordeste, evidenciando a problemática social referente à exclusão da maioria dos homens válidos, expulsos de seus espaços de origem sem possibilidade de sobrevivência, homens solteiros que buscam no novo trabalho de policial visibilidade e reconhecimento. Outro aspecto bastante significativo refere-se às tensões decorrentes de uma rígida série de normas disciplinares, ocorrendo no período um grande número de punições, deserções e embriagues por parte dos soldados rasos da corporação. Fatos que revelam uma resistência silenciosa ao aparato disciplinador do poder estatal direcionado ao enquadramento de seus corpos rudes para que se construíssem os soldados.

Observa-se no levantamento da documentação que a fundação da 4ª Companhia Isolada de Pedro Afonso^{xxi} em 1934, constitui um marco na organização do espaço em direção ao norte de Goiás. Segundo as autoridades, definem-se princípios que irão permitir a emergência de um novo conceito de ordem, progresso e ocupação de áreas que eram consideradas “desertas”, destituídas de ordem organizada pelos poderes estadual e central. Pedro Afonso, uma das principais cidades do norte de Goiás, foi ponto estratégico e da expansão da ordem para essas regiões. Como coloca Souza^{xxii}, a Polícia Militar trará um padrão de socialização para a região. Socialização esta pautada em um processo de moralização dos costumes da própria polícia militar e na exigência de uma disciplina exemplar que deveria ser transplantada para a comunidade. Hábitos populares começam a ser questionados, como pequenos divertimentos populares e todos os tipos de desordem urbana, como briga em bares e prostíbulos. O papel da polícia dentro desse contexto era de controle social, ou seja, o Batalhão da 4ª Companhia Isolada de Pedro Afonso foi um dos agentes criados para diminuir aquilo que Storch^{xxiii} denomina de desordem social. Mas, para que tal fim se concretizasse, era necessário instruir a tropa de soldados, pois dentro das novas exigências da sociedade, a partir de 1930, uma nova ordem social se instala no Brasil e também no norte de Goiás. O poder central, com o seu discurso de progresso dentro da ordem, tem através da ação de vigilância o teor de sua administração política-administrativa, visto que é comum na correspondência enviada a 4ª Companhia Isolada de Pedro Afonso, na década de 1930, o relato de discursos enaltecendo o governo do interventor do Estado de Goiás, Pedro Luduvico Teixeira como: “(...) verdadeiro entusiasmo o grande progresso que tem recebido o Estado de Goiás com sua orientação (...) desde a vitória de 30 de outubro de 1930, cujo governo tem sido liberal, honesto, de grande eficiência, reunindo em toda a população do Estado verdadeiro contentamento”^{xxiv}. Tal fato decorre, segundo as autoridades, do propósito dos mesmos em investir no norte de Goiás, na instrução, vias de comunicação e transporte. Para os políticos, o norte teria um surto de progresso. O que podemos verificar é que, ao se instalar a Companhia em Pedro Afonso no ano de 1934, a vigilância, o controle e a repressão das ações populares passaram a ser

reguladas pela esfera governamental, tendo o policial militar e sua Companhia como agente de tal controle.

O processo de expansão nacional idealizado pelo governo de Getúlio Vargas teria possibilitado tal instalação, pois tais ações acabaram por intensificar o poder do Estado na região^{xxv}. A Companhia representa a implantação de uma nova racionalidade que existiria para cumprir as tarefas de patrulhamento regular e sistemático na região. Como escreve Souza: “(...) a polícia passou a representar a penetração e a contínua presença da autoridade (...) no cotidiano das cidades”^{xxvi}. Dentro do contexto histórico apresentado, um fator relevante dentro da corporação volta-se para a instrução e formação do policial militar, pois, assim como na sociedade, dentro do cotidiano do quartel deve existir um papel disciplinador, uma vez que todo policial militar deve ter uma conduta exemplar e toda a ação de transgressão deve ser exemplarmente punida. Soldados não podem cometer desordem ou qualquer ato considerado ilícito. Os mesmos devem manter entre si uma acirrada vigilância, pois o não cumprimento das normas disciplinares da corporação ofende a moral e os bons costumes. Os castigos disciplinares, como a prisão e a expulsão do soldado da corporação, eram executados com frequência, pois como agentes da ordem na sociedade em que os mesmos estavam inseridos, estes não podiam faltar com os preceitos da boa conduta social e militar. Existia uma preocupação com o disciplinamento dos hábitos pessoais dos soldados^{xxvii}. Era necessário reforma-los e os castigos disciplinares, como a prisão, tinham o seu caráter pedagógico. O isolamento e a conseqüente incomunicabilidade eram métodos praticados. A punição era uma forma de conter a resistência dos soldados contra a rígida disciplina militar e suas normativas legais. Exigia-se do mesmo, obediência à autoridade e o cumprimento do dever junto à sociedade. Como homens da lei, deveriam ser modelos. A disciplina existente no cotidiano da corporação legitimava os seus atos na sociedade, transformando homens, mulheres e crianças em sujeitos respeitáveis, dedicados ao trabalho, na busca do progresso dentro da ordem^{xxviii}.

A maior parte das pesquisas referentes à Polícia Militar, como já foi colocado, está voltada para o seu papel junto à sociedade como agente de repressão e vigilância em busca

da ordem pública. Nas sociedades urbanas desenvolve-se uma crença, segundo pesquisadores, que as punições e os atos coercitivos moldam os comportamentos populares, sendo este o papel da Polícia Militar^{xxix}. Já que à Polícia Militar deu-se esta função disciplinadora da sociedade, como ocorreu esse processo dentro das corporações militares? Pela documentação trabalhada e fichada, observa-se que a maioria dos soldados incorporados à tropa era de homens simples, agricultores e analfabetos. Homens da roça, onde o tempo do trabalho, da ordem e da disciplina era outro, estipulados pelo ritmo da natureza em uma sociedade de valores agrários. Na Polícia Militar tiveram que ser incorporados aos padrões de um mundo urbano, com ritmo de tempo e outros valores morais. Como se realizou esse processo de incorporação? Como o agricultor tornou-se soldado? Por quê? Houve resistência ao processo de incorporação? Quais as formas? Como foram incorporados os outros segmentos da sociedade como sapateiros, pedreiros, cozinheiros, com pouca instrução e formação? Todas são questões que podem ser respondidas através do estudo da documentação trabalhada. Segundo Carvalho^{xxx}, torna-se necessário analisar os fragmentos de um pequeno documento histórico, procurando decifrá-lo via micro-análise e desdobrando suas possíveis significações em um contexto histórico mais amplo.

Pelas pesquisas que vêm sendo efetuadas com a documentação fichada, os policiais militares, homens aplicadores da lei desse período, foram instruídos e formados pelos preceitos legais para penetrar no cotidiano dos espaços sociais em desenvolvimento. Em contrapartida, a pedagogia e metodologia para instrução e formação dos homens da lei anulam o homem comum e constroem o soldado, gerando conflitos entre coragem (instrução) e formação (sapiência), ou seja, a instrução domina os instintos, molda o corpo, higieniza e constrói o soldado. A formação traz o conhecimento de si como sujeito histórico, gerando muitas vezes a resistência contra a normatização da rígida disciplina militar.

Ao problematizar estas questões, busca-se dar visibilidade à documentação e também aos seus sujeitos que fazem a história das corporações militares do antigo norte goiano. Os Boletins Internos e Gerais são significativos e revelam a história dos soldados

rasos que compõe o grande corpo da Polícia Militar da região estudada. Estes têm sido marginalizados pelos estudiosos e pela própria sociedade. Espera-se dos mesmos um papel de protetor da ordem pública. No entanto, pouco se sabe sobre quem foram e como são. Acredita-se que o ponto de partida para a reconstrução dessa história e da busca de um processo de mudança de seus papéis junto à sociedade esteja no conhecimento de suas mazelas, buscando nas mesmas a humanidade perdida do homem comum para o soldado, que dentro de contexto de instrução e formação do policial militar no período estudado foi negado pela utopia da razão que buscava no cotidiano interno das corporações uma revolução permanente do vivido. Conseqüentemente, observa-se nos relatos das autoridades superiores um discurso negativado sobre o soldado raso, que tem como papel servir a um estado centralizador que não atende nem aos seus anseios profissionais, nem da sociedade.

Dentro desse contexto, os boletins informativos da Polícia Militar do norte de Goiás, de 1934 à 1966, apresentam vestígios e traços de uma realidade histórica que necessita ser problematizada e contextualizada com a realidade externa à da sociedade que os produziu. Isso possibilitará estudos relacionados à história dos homens comuns que compunham a Polícia Militar, enquanto sujeitos sociais, aplicadores da lei; as circunstâncias que os envolviam no trabalho junto à comunidade e o dia-a-dia dos mesmos sob dois aspectos: o momento em que eram preparados para exercer suas funções e os mecanismos utilizados para esse fim, assim como as formas e práticas de resistência ao sistema do qual faziam parte como legitimadores e executores da política estatal, ao mesmo tempo em que eram alvos da ação desse mesmo Estado.

ⁱ Mestre em História da América pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Professora da Universidade Federal do Tocantins – Campus de Araguaína.

ⁱⁱ Este projeto contou com o trabalho de pesquisa dos alunos do Curso de História da Universidade Federal do Tocantins - Campus de Araguaína - Késia Santos Pereira (PIBIC 2001-2003), Ivoneide Muniz Reis (PIBIC 2003-2004), Jarbas da Silva Mendonça (aluno voluntário 2002).

ⁱⁱⁱ SOUZA, Cibeli de. *História da Polícia Militar de Goiás*. Goiânia: O Anhanguera, 1999.

^{iv} DUBY, Georges. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1993.

- ^v BLOCH, Marc. In LE GOF, Jacques. *História e memória*. São Paulo: UNICAMP, 1994.
- ^{vi} BURKE, Peter (org.). *A escrita da história – novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.
- ^{vii} GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. et. al. (org.). *Questões de teoria e metodologia da História*. Porto Alegre: UFRGS, 2000.
- ^{viii} CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- ^{ix} LE GOFF, Jacques. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- ^x AQUINO, Napoleão Araújo de. “A construção da Belém-Brasília e a modernidade no Tocantins”. Goiânia: Dissertação de Mestrado da UFG, mimeo. 1996.
- ^{xi} BOTELHO, Tarcísio Rodrigues (org.). *Goiânia: cidade pensada*. Goiânia: UFG, 2002
- ^{xii} SOUZA, Cibeli de. *História da Polícia Militar de Goiás*. Goiânia: O Anhanguera, 1999.
- ^{xiii} MONET, Jean-Claude. *Polícias e sociedade na Europa*. São Paulo: EDUSP, 2001.
- ^{xiv} BAYLEY, David H. *Padrões de policiamento*. São Paulo: Edusp, 2001.
- ^{xv} BRETAS, Marcos Luiz. *A polícia carioca no império*. In Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro: FGV, vol.12, nº 22, p. 219-234.
- ^{xvi} ROLIM, Rivail Carvalho. *O policiamento e a ordem: repressão e violência em Londrina (1950-1960)*. In Revista Pós-história, Assis, SP, vol. 06, 1998.
- ^{xvii} BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. São Paulo: Queiroz, 1996
- ^{xviii} SILVA, Zélia Lopes da (org.). *Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1999.
- ^{xviii} BENEVIDES, Maria Victória. *Violência, povo e polícia: a violência urbana no noticiário da imprensa*. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- CUNHA, Olívia Maria Gomes da. *Os domínios da experiência, da ciência e da lei: os manuais da polícia civil do Distrito Federal – 1930-1942*. In Revista Estudos Históricos - Polícia. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, vol. 12, nº 22, 1998, p. 235-263
- PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. *Linguagens da violência*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p. 47-74
- ^{xix} ROLIN, Rivail Carvalho. *O policiamento e a ordem: repressão e violência em Londrina (1950-1960)*. In Revista Pós-história, Assis, São Paulo, vol. 06, 1998, p. 119-133. O autor aborda as práticas autoritárias do polícia militar do interior do Brasil nos governos populistas da década de 1950.
- ^{xx} REIS, Ivoneide M. *Construção e organização do espaço social do Norte de Goiás (1934-1966): “novos sujeitos, novos espaços”*. Araguaína: UFT, 2004 (Relatório final PIBIC).
- ^{xxi} Pedro Afonso transformou-se em município autônomo em 25 de julho de 1898, através da Lei nº 179, desmembrado de Porto Nacional. Foi elevado à categoria de cidade em 13 de julho de 1907. Importante ponto geo-econômico da região devido a sua localização geográfica, nas confluências dos rios do Sono e Tocantins, que eram as vias de comunicação da época e escoavam toda a produção econômica da região. O Município perdeu sua importância geo-econômica com a construção da BR 153.
- ^{xxii} SOUZA, Luiz Antônio Francisco de. *Revista Estudos Históricos – Polícia*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. Vol. 12. n. 22, 1998. p.265-293
- ^{xxiii} STORCH, Robert D. *O policiamento do cotidiano na cidade vitoriana*. São Paulo: Revista Brasileira de História, 1985.
- ^{xxiv} Ata de instalação da 4ª Companhia Isolada de Pedro Afonso. A Companhia, segundo registros, foi instalada em Pedro Afonso em 29 de novembro de 1934. O documento encontra-se no Boletim Interno nº 120 do ano de 1935.
- ^{xxv} PALACIN, Luis G. *Coronelismo no extremo norte de Goiás: o Padre João e as três revoluções de Boa Vista*. São Paulo, Loyola, 1990.
- ^{xxvi} SOUZA. op. cit. p. 268.
- ^{xxvii} Os Boletins Internos da 4ª Companhia Isolada de Pedro Afonso, da segunda metade da década de 1930, revelam as tensões decorrentes de uma rígida série de normas disciplinares, ocorrendo no período grande número de punições através da prisão dos infratores, que levavam as conseqüentes deserções. A embriaguez, o desrespeito à ordem pública, a ofensa à moral e aos bons costumes eram as causas que levavam às punições.
- ^{xxviii} FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir – história da violência nas prisões*. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.
- ^{xxix} SOUZA, op.cit. p. 272
- CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: EDUSP, 2001. p. 135-207
- ^{xxx} CARVALHO, José Murilo. *Revista Estudos Históricos – Polícia*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. Vol. 12. n. 22, 1998. p.357-377.